

ESPECIAL

MULHERES NA POLITICA



ÍNDICE

1. Lugar de mulher é na política
2. Cidades para as Mulheres
3. Linha do tempo - Mulheres na Política
4. O que faz cada cargo que elegemos?
5. Mapas e números
6. Por que representatividade importa?
7. Consultoras e Fontes



A cada dois anos, vamos às urnas eleger pessoas para nos representar politicamente. Ao dar emprego às mulheres e homens cujo rosto vemos na urna eletrônica, estamos automaticamente dando a elas/es também o dever de lutar pelo que nos interessa na vida pública. Por mais óbvio que isto seja, é normal que na correria para pagar os boletos entre uma eleição e outra, nos esqueçamos de acompanhar o trabalho dos políticos e até de pensar: estou mesmo tendo meus interesses representados e defendidos por meio deste voto?

Escolher quem vai governar nossas cidades, estados e país e quem vai criar ou concretizar as leis que regem nosso dia a dia é uma tarefa que pode se perder em meio a tantas distrações. Por isso, estamos aqui para lembrar: nosso voto determina desde como vai funcionar a cidade (o transporte público, as escolas e creches) até a forma como você vai lidar com o seu corpo e a sua saúde. Porque quem decide quais legislações e políticas públicas receberão investimento e serão defendidas são as pessoas que agora estão pedindo nosso voto.

Portanto, perguntamos: quantos rostos de mulheres você costuma ver ao digitar seu voto em segredo? Como você avalia se o programa da sua/seu candidata/o beneficiará as mulheres?



LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA!

A identidade e valores de quem governa tem um grande impacto sobre o tipo de políticas públicas que são implementadas.

A lógica é simples: se quem faz nossas leis e concretiza as políticas públicas são apenas homens brancos de grupos sociais privilegiados que não usam serviços de transporte, educação e saúde públicos, por exemplo, e muito menos que correm risco de estupro, será que eles conseguem mesmo buscar resolver as necessidades vividas no dia a dia?

É interessante que a política seja representativa do que temos como população. E, embora nada garanta que mulheres eleitas defenderão direitos femininos, enquanto não tivermos muitas mulheres na política, nunca teremos essas pautas como prioridade.

A presença de mais mulheres na política, que carregam em seus corpos as suas vivências, particularidades e necessidades, faz com que vejamos a política como um lugar em que podemos estar.

CIDADES PARA AS MULHERES

O reflexo de ter uma maioria de políticos homens são políticas públicas pensadas por eles e para as preferências deles. Um exemplo rápido: em São Paulo, as mulheres têm menos carro que os homens. Ou seja, abrir vias, duplicar marginais e favorecer o carro é uma política masculina. Paralelamente, são elas que andam mais a pé nas ruas, então, regras de construção e fiscalização de calçadas, se acontecesse, seriam um trabalho mais voltado às mulheres.

De forma geral, a arquitetura da cidade é construída para um adulto capaz, com agilidade, que não está carregando compras ou uma criança. Para ter as necessidades femininas plenamente incluídas nas políticas públicas, as necessidades da maternidade e das crianças também precisam ser pensadas. Um espaço urbano pensado para a mulher ocupar é um espaço para distintas necessidades, inclusivo, diverso, para todas e todos.

Por isso, fizemos o exercício de imaginar como seria uma cidade governada para as necessidades das mulheres. Ter valores de cooperação, cuidado e sociedade na perspectiva de política pública é algo “feminino e feminista”.

COMO TORNAR AS CIDADES MAIS SEGURAS E ACOLHEDORAS





COMO TORNAR AS CIDADES MAIS SEGURAS E ACOLHEDORAS

1 Calçadas largas e com rampas permitem circular com carrinhos de bebê, com uma criança que já anda e com sacolas nas mãos com mais conforto. São também melhores para pessoas com deficiência e idosos. Ou seja, melhor para todos.

2 Mobilidade é uma das principais questões: ter oferta de ônibus que circulem dentro das áreas periféricas e não apenas para os centros é fundamental. O horário precisa ser estendido também nos finais de semana para o acesso a lazer. E a eficiência do trajeto das linhas, assim como intervalos curtos, permite ter mais tempo para viver.

3 Oferecer gratuidade de transporte público para crianças em idade escolar é uma medida que tira o peso financeiro de duas passagens das costas das mães e dos pais. O valor desembolsado pode ser um fator limitador de acesso a lazer, cultura e socialização, partes fundamentais da educação de uma criança.

4 Ter iluminação adequada na cidade ajuda a conferir segurança, mas igualmente importante é não ter muros longos e altos (como os de condomínios) e ruas desertas onde transitam apenas carros. É a presença de pessoas que torna as ruas seguras, por isso mulheres costumam evitar quadras desertas.

5 Na cidade dos sonhos, não há violência contra a mulher, mas como na vida real o acolhimento a essas vítimas é fundamental, o ideal é que este espaço não seja uma delegacia, mas uma instituição intersectorial. Os profissionais seriam preparados para prestar acolhimento, cuidados de saúde, assistência psicológica e também o registro policial, com a preocupação de não causar uma nova violência.

6 A chamada "fachada ativa" é uma das garantias de segurança e vida nas cidades. Ter lojas e pequenos comércios nas partes térreas dos edifícios ou mesclados a residências também facilita ter praticidade para compras no dia a dia (majoritariamente feitas por mulheres) e movimenta a economia local.

7 Estímulo e oferta de lazer espalhado por toda a cidade, inclusive nas periferias, é um grande indicativo de qualidade de vida. Ter cinemas de rua, e não apenas em shoppings, onde o tempo livre está associado ao consumo, é um exemplo disso. Cultura e lazer devem ser acessíveis a todas e todos.

8 Áreas livres como praças, parques e vãos de prédios públicos são espaços importantes para que adultos e crianças possam ter contato social, tomar sol, brincar ou simplesmente não fazer nada - o que também é um tipo de lazer! Transformar alguns terrenos da cidade nesses espaços de uso comum, pode evitar terrenos baldios e imóveis desocupados, que podem ameaçar a segurança, especialmente das mulheres.

9 É comum que mulheres mães (e também os pais) precisem recorrer às suas redes de apoio para ajudar no cuidado com os filhos. Portanto, ter um equipamento público de cuidado para crianças, com horários alternativos, inclusive noturnos, descolado da escola (que é lugar de educação), com profissionais qualificados e bem remunerados é uma solução justa e inclusiva.

DA LUTA PELO DIREITO AO VOTO ATÉ A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, vivemos uma longa e difícil caminhada

1891

uma **emenda** ao projeto da Constituição **tentou conferir direito de voto à mulher**, mas foi rejeitada

1928

na primeira eleição em que as mulheres votaram no Brasil, seus votos foram **anulados** por decisão da Comissão de Poderes do Senado Federal, pois **o direito não estava previsto em lei**. Então as mulheres do País ainda não estavam autorizadas a votar quando Alzira Soriano foi a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina, na cidade de Lajes/RN

1934

o voto tornou-se obrigatório no Brasil, um dos últimos países a liberar o direito para todas as mulheres. No ano anterior, **Carlota Pereira Queiroz** havia sido a **primeira deputada federal** eleita do País

1910

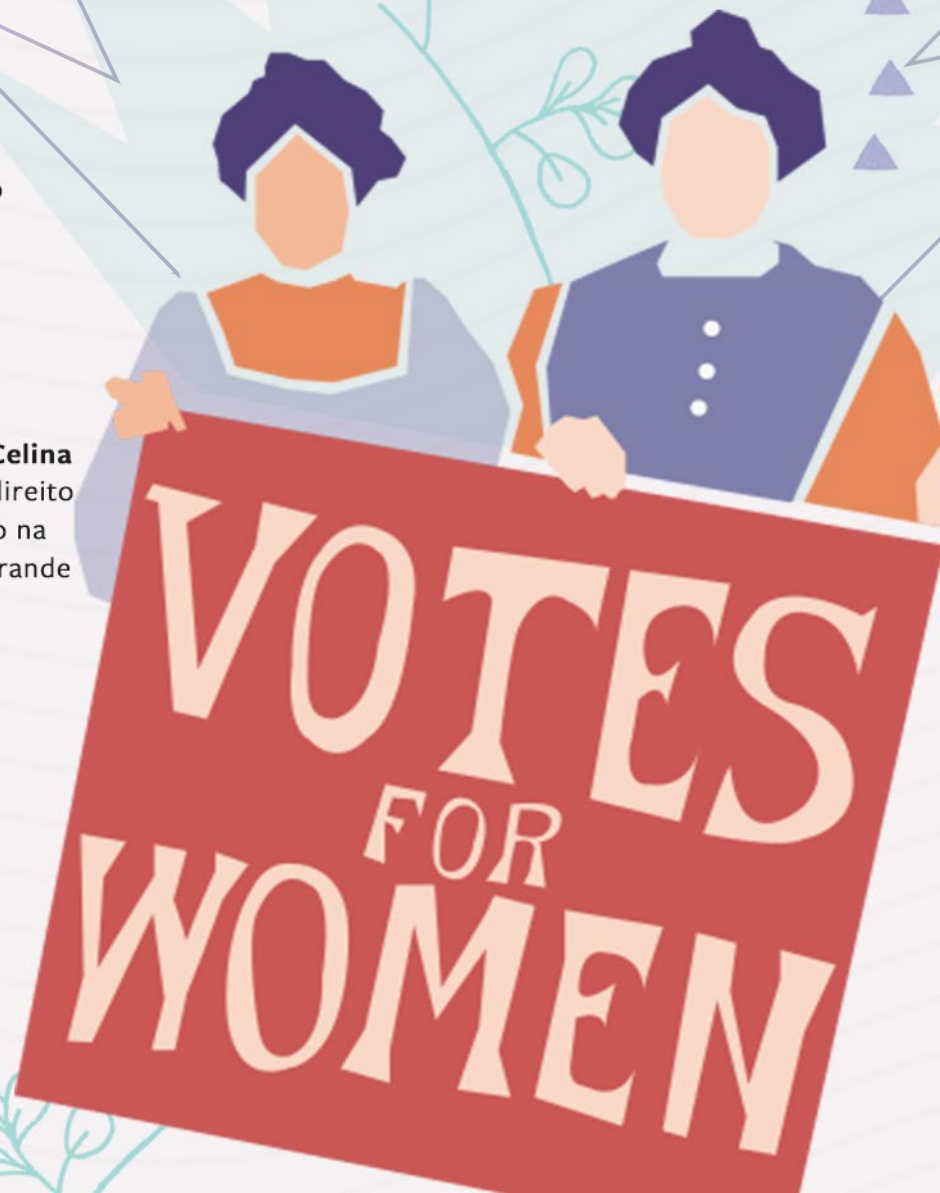
foi fundado o **Partido Republicano Feminino**, que lutou por um projeto de **lei em favor do sufrágio feminino**

1927

a **primeira eleitora brasileira, Celina Guimarães Viana**, conseguiu o direito de votar ao valer-se de um artigo na lei eleitoral do seu estado, Rio Grande do Norte

1932

foi **o ano que as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil**, um dos últimos países a liberar o voto feminino. No entanto, apenas as casadas e autorizadas pelos maridos poderiam ir às urnas. Solteiras e viúvas deveriam ter renda própria para votar



1979

Eunice Michilles, assumiu o lugar de João Bosco de Lima, que faleceu dois meses depois da eleição, tornando-se a **primeira senadora mulher**

1935

Antonieta de Barros foi a **primeira mulher negra eleita deputada estadual** por Santa Catarina

1982

a jurista **Esther de Figueiredo Ferraz** tomou posse como a primeira ministra mulher, pelo Ministério da Educação e Cultura

1986

após o afastamento do então governador do Acre, **Lolanda Flemimng**, eleita vice-governadora, foi a **primeira mulher a comandar um estado brasileiro.**

1994

Benedita da Silva foi a primeira mulher negra a ocupar uma vaga **no Senado**. Foi também vereadora (1982), deputada federal (1986, 1990, 2010) e vice-governadora do Rio de Janeiro (1998)

2011

Dilma Rousseff tomou posse como **presidenta**. Após 122 anos de República, foi a primeira mulher a governar o País

2016

o Senado Federal foi aberto em 1826, mas o **primeiro banheiro feminino perto do Plenário** só foi inaugurado quase **200 anos depois**

2018

eleita **vereadora** em 2016 no Rio de Janeiro, **Marielle Franco** foi assassinada em março de 2018. Teve seu trabalho pautado na **luta por direitos humanos**, especialmente nas políticas públicas voltadas às mulheres e populações de periferia. O crime político permanece sem solução, mas seu trabalho segue em curso, inspirando mulheres por todo país

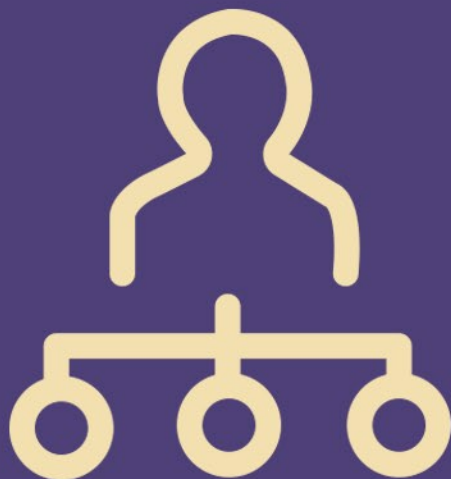


O QUE FAZ CADA CARGO QUE ELEGEMOS?

As eleições acontecem a cada dois anos, intercalando as municipais com eleições para os outros cargos estaduais e federais.

Mas, nesse intervalo é fácil esquecer o que cada político é responsável por cuidar, garantir e defender.

Para que possamos exigir os deveres das pessoas certas e votar com consciência, vale o lembrete:



PODER EXECUTIVO:

Como o nome diz é responsável pela execução, ou seja, por implementar as leis, administrando o dia a dia nos municípios, estados e país. No caso do nível municipal, é representado pela/o prefeita/o, no nível estadual, pela/o governadora/or, e, no federal, pela/o presidente da República.

PREFEITA/O;

É a/o chefe da cidade/município. Em parceria com suas/seus secretárias/os e assessoras/es, coordena o trabalho de administrar a cidade, fazendo valer as leis previstas no município. São responsáveis por implementar obras e serviços, afetando diretamente o nosso dia a dia. A/o prefeita/o tem ainda o poder de avaliar leis propostas pelas/os vereadoras/es, o legislativo municipal.

GOVERNADORA/OR;

É a/o chefe do estado. Exerce um importante papel de articulação entre os governos federal e municipais. Tem responsabilidade sobre a infraestrutura estadual, como estradas, portos e aeroportos e o transporte interestadual, e também sobre educação básica e segurança pública (polícia). Pode aprovar ou vetar leis propostas pelas/os deputadas/os na Assembleia Legislativa Estadual.

PRESIDENTA/E;

Chefe do país, é a autoridade máxima da política brasileira. Nos representa perante o mundo, é a cara do Brasil na relação com outras nações. Responsável por ações e decisões como criar políticas públicas e implementar e propor leis. As/os ministras/os são seu braço direito, pessoas escolhidas para ajudar na administração do país. A/o presidente tem o poder de aprovar ou vetar as leis que estão tramitando no Congresso (a casa de deputadas/os e senadoras/es), mas muitas das suas decisões também precisam da autorização da Câmara e do Senado.



PODER LEGISLATIVO:

É responsável por propor, debater e aprovar as leis, além de fiscalizar, controlar e investigar (CPIs) o poder executivo. Na esfera municipal é representado pelas/os vereadoras/es, na estadual pelas/os deputadas/os estaduais, e, na federal, pelas/os deputadas/os federais e senadoras/es.

VEREADORAS/ES

Representantes na esfera municipal (Câmara Municipal), são no mínimo 9 e no máximo 55 por cidade. Sua função primordial é defender as pautas mais importantes para o povo por meio da criação, extinção ou emenda (modificação) das leis municipais. Têm poder sobre a legislação e fiscalização do seu município, incluindo a ocupação do solo (o que pode ou não ser construído e o tamanho das construções), planos municipais (de educação, saúde, cultura), entre outras atividades fundamentais para a definição de como as cidades podem funcionar.

DEPUTADAS/OS ESTADUAL E FEDERAL

Como representantes do povo na esfera estadual (Assembléia Legislativa do Estado), estão lá para legislar, cumprindo tarefas semelhantes às dos vereadores, ou seja, criar e alterar leis de interesse da população. São 513, a serem distribuídos proporcionalmente de acordo com a população dos estados e a quantidade de deputados estaduais é determinada de forma proporcional a partir dos deputados federais. Também são responsáveis por fiscalizar e investigar o poder executivo. Deputados Federais podem aprovar ou não medidas provisórias propostas pela/o presidenta/e

SENADORAS/ES

Único cargo eleito para um mandato de oito anos, representam um estado da federação. São três por estado, totalizando 81 senadoras/es que trabalham na esfera da União (Brasil) e integram comissões do senado, que podem ser temporárias ou permanentes. As comissões fazem debates profundos sobre projetos de lei e são um bom termômetro para saber se a/o senadora/or está defendendo as pautas que se esperava dela/e. Também analisam os projetos votados por deputadas/os, autorizam operações financeiras da presidência e julgam crimes de diversas/os agentes públicos.

NÚMEROS E MAPAS



16
têm presidentes
mulheres

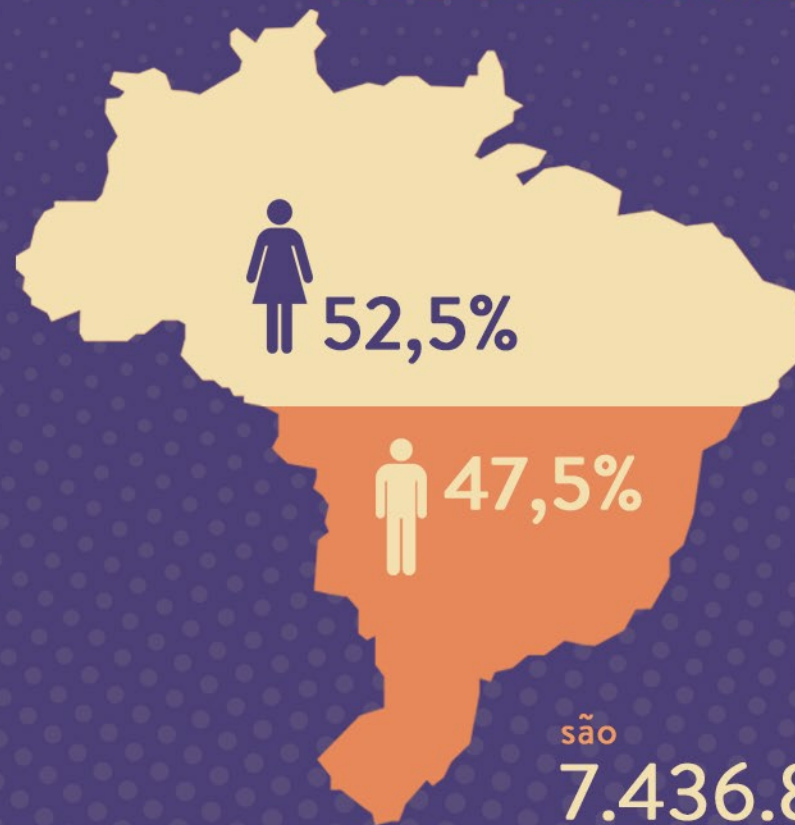
Ou seja,
92%
dos países
têm chefes de governo
homens.



O eleitorado de

147,3
milhões

de brasileiros não se divide
ao meio entre homens e mulheres



são
7.436.883
a mais de eleitorAs

SOMOS MAIORIA

A BAIXA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO CONGRESSO BRASILEIRO

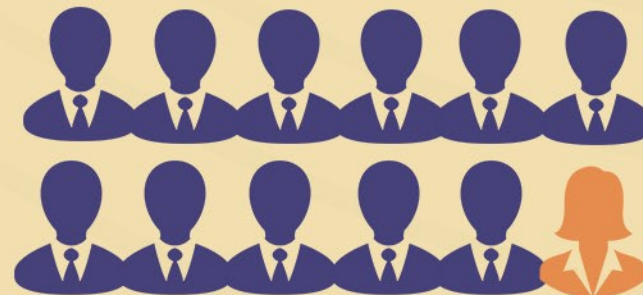
é desvantajosa para toda a sociedade

Dos **81 senadores**,
apenas **13 são mulheres**
Ou seja, **1 mulher a cada 6 homens.**



SENADO

Dos **513 deputados**,
apenas **45 são mulheres**
Ou seja, **1 mulher a cada 11 homens.**



CÂMARA

POR QUE REPRESENTATIVIDADE IMPORTA?

Ferramentas de match eleitoral ajudam a encontrar candidatas/os que têm a nossa cara e a nossa pauta

Apesar da nossa legislação eleitoral prever que cada partido ou coligação deve preencher ao menos 30% de suas candidaturas por mulheres, isso não resolve muita coisa, pois não estamos votando - e elegendo - mais candidatas. Para se ter uma ideia, temos apenas uma vereadora para cada sete vereadores.

Outro problema é que frequentemente essa cota é preenchida com candidatas fantasma, apenas para cumprir a exigência, mas cuja campanha não se averigua verdadeira. Em geral, os partidos dedicam menos recursos às mulheres, que assim têm menos visibilidade. Por isso, a partir deste ano, 30% dos recursos públicos destinados aos partidos terão que ser investidos em candidaturas femininas.

Por conta dessas lacunas, diversas ferramentas foram criadas em busca de ajudar o eleitorado a encontrar candidatas e candidatos mais alinhados aos seus valores e interesses. Uma delas, a Me Representa, tem um sistema de busca que declaradamente dá preferência a mostrar candidatas que se dedicam a pautas de direitos humanos.

As criadoras da ferramenta (que envolve diversas parcerias), acreditam que este é o grande guarda chuva a partir do qual se pode pensar outros temas transversais. A maioria dos usuários é de mulheres e neste ano todos os partidos já inscreveram candidaturas de todos os estados.

A plataforma também tem a preocupação de esclarecer o papel da coligação partidária no voto para deputados e vereadores, que é capaz de eleger alguém de um partido diferente do candidato. Também é possível priorizar, com um filtro de busca, candidatos de grupos minorizados.



MAS POR QUE ESSA PRIORIDADE?

"Quando você olha para o Congresso hoje, vê homens brancos, herdeiros de diversos tipos de capitais. São poderosos que não têm a nossa cara, a cara da população, e não nos sentimos representados", explica Thayná Yaredy, do Me Representa. Ao eleger uma bancada conservadora, o risco da perda de direitos humanos é alto (e comprovado).

"As pessoas carregam o estigma da cidadania dentro dos seus corpos", diz ela. Ou seja, dificilmente um homem privilegiado vai conseguir pensar nas necessidades de uma mulher de periferia ao pautar políticas públicas, pois ele não conhece essa experiência.

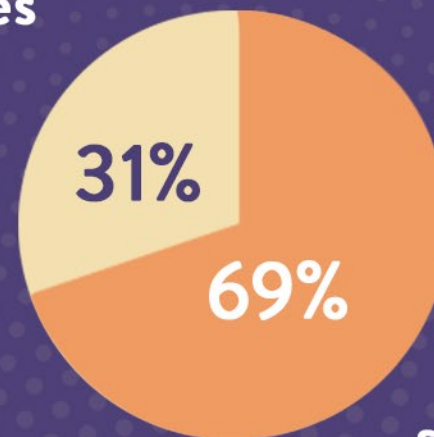
Um exemplo corriqueiro: quem nunca quis levar quem comanda a prefeitura para dar uma volta no ônibus cheio em horário de pico?

Para que as necessidades da população em sua diversidade sejam realmente olhadas, essa diversidade precisa estar representada nos espaços de poder. Pensar em pautas antidiscriminatórias, em como incidir na democracia do país, é um trabalho das minorias silenciadas e um movimento importante. E, que bom, ele está em curso.

Nestas Eleições 2018, do total de candidaturas para todos os cargos:



são Mulheres



são homens





A proporção de mulheres negras se manteve relativamente estável:


de 13%
em 2014

14%
em 2018

Considerando que as mulheres negras (pretas + pardas) representam

25%

da população brasileira, o número de candidatas continua aquém da representatividade.



Dos 31% das candidaturas gerais de mulheres, considerando a autodeclaração quanto à raça/cor a partir das categorias do IBGE:

16% são brancas (4.417 candidatas), 4% pretas (1.153), 10% pardas (2.862) e somente 0,24% amarelas (66) e 0,17% indígenas (47).

DEU MATCH

A ideia destas plataformas é ajudar a qualificar os votos, no lugar de digitar números na urna apenas por obrigação.

Conheça algumas:

merepresenta.org.br/
meuvotoserafeminista.com.br/
mulheresnegrasdecidem.org/
votenas.com.br/
temmeuvoto.com/
transparenciainternacional.org.br/home/destaques
matcheleitoral.folha.uol.com.br/

CONSULTORAS E FONTES:

Aline Anaya - pedagoga, poeta e slammer. Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Araílda Carla - pedagoga, coordenadora do Bloquinho do Brincar e cofundadora do Bloco do Beco. - Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Gabriela Rosa - pesquisadora do Gepô-USP, doutoranda em Ciências Políticas da USP

Jenyffer Nascimento - educadora e poeta, articuladora feminista. Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Luana Oliveira - professora de geografia na rede pública, pesquisadora de gênero na área de maternidade. Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Maria Fernanda Lombardi - Professora do Depart. de ciências sociais da Unifesp

Marina Lima - Me Representa

Marina Pereira - arquiteta e urbanista, pesquisadora de planejamento urbano com a perspectiva de gênero

Michelle Correa - mãe, empreendedora feminista, integrante da Revista Amazonas. Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Paula Santoro - professora da FAU-USP, participante do LabCidade

Priscila Musa - Associação Arquitetas Sem Fronteiras

Regina Bortotto - pedagoga. Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus

Sulamita Assunção - psicóloga social. Rede de Mulheres Periféricas da Zona Sul de São Paulo

Thayná Yaredy - Me Representa

Veronica Deviá - pesquisadora do Gepô - USP

BBC Brasil

Folha de São Paulo

Gênero e Número

Inesc

Nexo

Nós, Mulheres da Periferia

Politize!

Site do Tribunal Superior Eleitoral